

# APRESENTAÇÃO<sup>1</sup>

Trinta anos após a primeira Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Bonn, na Alemanha, e 33 anos após sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a histórica Rio 92, que lançou as bases das principais convenções ambientais multilaterais, incluindo a UNFCCC –, o Brasil volta a ocupar posição de destaque na agenda global com a realização da COP30, em Belém, Pará, em 2025. Trata-se da primeira COP a ocorrer em território brasileiro, fato que assume relevância ainda maior quando se recorda que, em 2019, o país declinou de sediar o evento, à época por razões de natureza ideológica e pelo enfraquecimento da política ambiental e climática nacional. O retorno do país ao protagonismo internacional expressa, portanto, não apenas uma retomada de compromisso com o multilateralismo e a ciência, mas também um gesto de reafirmação de seu papel histórico como guardião da maior floresta tropical do planeta e ator central no enfrentamento da crise climática.

O número especial do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* que ora apresentamos foi concebido em razão da realização da COP30. Trata-se de um marco simbólico e substantivo para o Brasil e para o mundo, ao situar a Amazônia – e, por extensão, os múltiplos territórios brasileiros – no centro das discussões sobre a crise climática e as possibilidades de um desenvolvimento justo, sustentável e territorialmente equilibrado.

Atendendo a um edital de chamamento, os trabalhos reunidos nesta edição não focam as negociações internacionais propriamente ditas, mas abordam temas intimamente relacionados aos desafios da UNFCCC e aos eixos de atuação da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). São estudos que, sob diferentes perspectivas, contribuem para compreender e enfrentar o desafio climático, de maneira ampla, a partir da realidade brasileira – suas desigualdades, potenciais e singularidades territoriais.

Abrindo o número, Claudia de Oliveira Faria Salema, Júlia Benfica Senra e Júlio César Roma propõem, em *Sete Brasis: os biomas terrestres, o Sistema Costeiro-Marinheiro e estratégias para lidar com o desafio climático nesses territórios*, uma leitura integrada do país a partir de seus seis biomas e do Sistema Costeiro-Marinheiro, destacando especificidades socioecológicas e a necessidade de políticas de mitigação e adaptação ajustadas a cada contexto territorial.

Na sequência, Sérgio Felipe Melo da Silva, Claudia de Oliveira Faria Salema e Júlia Benfica Senra analisam, em *A COP30 e a construção de um novo modelo de desenvolvimento regional sustentável para a Amazônia*, as oportunidades que o evento oferece para repensar o desenvolvimento regional amazônico sob a ótica da bioeconomia e das “missões” de inovação propostas por Mariana Mazzucato, sugerindo a COP30 como catalisadora de um pacto de desenvolvimento para a região.

---

1. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/brua35apresenta>.

Dryelli Jales Costa e Gesmar Rosa dos Santos, no ensaio *Desafios da gestão e governança ambiental no Brasil: o Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia*, examinam a institucionalização da gestão ambiental em municípios prioritários para o combate ao desmatamento e aos incêndios, evidenciando a importância de infraestrutura, capacitação e financiamento local para o fortalecimento da governança ambiental.

Em *Crédito rural e desmatamento: novas evidências usando as informações do MapBiomass*, Lauana Rossetto Lazaretti e Regina Helena Rosa Sambuichi investigam a relação entre crédito rural e desmatamento no Brasil entre 2019 e 2024. As autoras mostram que, embora o crédito tenha crescido, os financiamentos associados a áreas desmatadas vêm diminuindo, sugerindo efeitos positivos das políticas que buscam desvincular o crédito da supressão de vegetação nativa.

Júlia Benfica Senra e Mauro Santos Silva, em *Concessões florestais: possibilidade de restauração na Amazônia?*, analisam a recente ampliação do uso de concessões florestais para incluir a restauração ambiental, discutindo o caso pioneiro da Unidade de Recuperação do Triunfo do Xingu e seus potenciais efeitos sobre a política de restauração e os desafios dessa nova modalidade de parceria público-privada.

A contribuição de Ana Karine Pereira, intitulada *O setor eólico na transição energética brasileira: avanços, políticas e impactos ambientais*, examina a evolução das políticas de fomento à energia eólica e seus impactos socioambientais. O artigo identifica avanços regulatórios e econômicos, mas também aponta contradições e fragilidades, como conflitos territoriais e desafios de governança, ressaltando a necessidade de uma transição energética justa e inclusiva.

Em *Direito à moradia e crise climática: interseccionalidade como ponto de partida para a promoção de cidades resilientes e sustentáveis*, Renato Balbim, Cristine Santiago, Leonardo Polli e Amanda Magalhães exploram as interconexões entre desigualdade social, habitação e vulnerabilidade climática. O ensaio propõe a incorporação de abordagens interseccionais – de gênero, raça e classe – nas políticas habitacionais, como caminho para cidades mais justas e resilientes.

Thor Saad Ribeiro, Alexandre Nogueira, Danilo Sales do Nascimento França, Djacinto Monteiro dos Santos, Evandro Luis-Alves e Thiago Cordeiro Almeida, no artigo *Segregação urbana e crise climática: um ensaio a partir do caso de São Paulo*, discutem como a segregação urbana, de classe e racial, amplifica a exposição diferencial a riscos ambientais, defendendo políticas deliberadas de dessegregação urbana e adaptação climática.

Encerrando o número, Mônica Yukie Kuwahara, Yan Nonato Cattani, Rafael Igrejas da Silva, Joyce de Souza Zanirato Maia e Geraldo Sandoval Góes abordam, em *Governança da drenagem urbana e resiliência climática: desafios institucionais e experiências subnacionais no Brasil*, os entraves e avanços na gestão da drenagem urbana, tema central para a resiliência das cidades diante dos eventos climáticos extremos.

Em conjunto, os artigos aqui reunidos expressam a riqueza e a diversidade de olhares sobre o desafio climático no Brasil – dos biomas às cidades, das finanças à governança – e reforçam a necessidade de abordagens integradas, multiescalares e interdisciplinares para se enfrentar um problema que é, simultaneamente, ambiental, econômico e social. Os artigos contaram com valiosas contribuições de pareceristas de modo anônimo e de maneira exemplar. A estes colaboradores anônimos, que dedicaram seu disputado tempo para avaliar textos

e sugerir melhorias, nosso mais sincero, e aqui falamos, também, em nome dos autores, muitíssimo obrigado.

Desejamos que esta leitura inspire reflexões e diálogos férteis, contribuindo para fortalecer o debate sobre as múltiplas dimensões da crise climática e da necessidade de uma transição justa, sustentável e inclusiva, capaz de tornar nossa realidade – ainda calcada em uma economia baseada na queima de combustíveis fósseis e na agricultura e na mineração expansionistas – mais sustentável, regenerativa e menos desigual.

**Júlio César Roma**  
**Gustavo Alves Luedemann**  
Editores convidados

